

ESTUDOS

O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

*Suzana Pinheiro Machado Mueller
Professora do Departamento de Biblioteconomia
Universidade de Brasília*

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo examina os principais acontecimentos que marcaram a evolução dos cursos de formação profissional para a Biblioteconomia no Brasil, desde suas origens até hoje. As fontes de informação utilizadas foram, sobretudo, a literatura existente e disponível sobre o assunto, e para os acontecimentos mais recentes, também a vivência pessoal da autora.

2-O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

De acordo com Fonseca¹, a história do ensino profissional de biblioteconomia no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira cobriu o período de 1879 a 1929, sob a liderança da Biblioteca

RESUMO

Analisa acontecimentos que marcaram a evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil desde seu início até hoje. A época anterior ao estabelecimento do primeiro currículo mínimo, em 1962, é dominada inicialmente pelo curso mantido pela Biblioteca Nacional, de inspiração europeia e dedicado a formar pessoal para suas próprias seções, e posteriormente por cursos de inspiração americana, iniciados em São Paulo. As duas correntes fundem-se no currículo mínimo, aprovado em 1962, ano em que a profissão foi reconhecida como de "nível superior". A década de 60 é caracterizada pela consolidação dos cursos nas Universidades e sua expansão, e pela ênfase dos programas à organização das coleções. O descontentamento com o currículo mínimo marca a década seguinte, assim como a inclusão de novas técnicas e assuntos nos currículos plenos. O esforço para mudança culmina com a aprovação de novo currículo mínimo em 1982. Paralelamente, a década de 70 vê o surgimento dos cursos de pós-graduação que se vêm firmando nestes primeiros anos de 1980. Os problemas atuais decorrem da diversidade de responsabilidades atribuídas à profissão e a impossibilidade de exigir-se dos cursos de graduação a responsabilidade única pela formação profissional para todos os níveis.

Descritores: Ensino de Biblioteconomia /Brasil.

Nacional, quando predominou a influência francesa. A segunda, de 1929 a 1962, desenvolveu-se sob a influência inovadora de um curso fundado em São Paulo, sob direta inspiração norte-americana. E a terceira, a partir de 1962, caracterizou-se pela uniformidade dos cursos desenvolvidos a partir do currículo mínimo. Fonseca escreveu em meados da década de 1960, poucos anos após o estabelecimento do currículo mínimo de 1962. Desde então podemos acrescentar mais duas fases — a década de 1970, caracterizada pelo fortalecimento e proliferação dos cursos, pelo crescente descontentamento em relação ao conteúdo do currículo mínimo, pela influência da tecnologia e pelo aparecimento dos cursos de pós-graduação; e o período atual, a partir de 1982, data da aprovação do novo currículo mínimo e que será caracterizada, portanto, pela reformulação dos programas de ensino.

3 - AS PRIMEIRAS EXIGÊNCIAS DE UM PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

Segundo Lemos², em 1811 Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco publicou, em Salvador, um folheto de quatro páginas, onde expunha um plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública naquela cidade. Nesse folheto descrevia o bibliotecário, que deveria "(...) ser hum sugeito de muita boa conducta, que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito para desejar-se que tenha conhecimento de Línguas, principalmente a Latina, Franceza e Ingleza". Talvez seja este o primeiro esboço do que se esperava de um bibliotecário no Brasil. Quase 80 anos mais tarde, a Biblioteca Nacional realizou um concurso para preenchimento de vaga de oficial nos seus quadros. Constavam do concurso provas sobre História Universal, Geografia, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e Línguas (traduções do Latim, Francês e Inglês). Como notado por Dias³ "pela simples enumeração das disciplinas é fácil avaliar o grau de cultura humanística exigido aos candidatos". Esse concurso e os outros que o seguiram são considerados por Dias o marco inicial da formação profissional em biblioteconomia no Brasil. Os assuntos nos quais se exigia competência dão ideia da evolução das expectativas acerca das qualidades do bibliotecário.

4-0 PRIMEIRO CURSO FORMAL

O primeiro curso de biblioteconomia no Brasil foi instituído na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1911. A Biblioteca Nacional, principal biblioteca existente no País na primeira metade desse século, esteve até 1910 alojada em prédios adaptados. Nesse ano foi transferida para um novo prédio, especialmente construído para ser sua sede. Junto com a mudança teve início uma reforma administrativa, regulada pela Lei nº 2.356, de 31 de dezembro, a qual incluiu providências para instalação de curso de biblioteconomia, de um ano de duração, com quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática. O curso teve início apenas em 1915, tendo funcionado até 1922, quando foi extinto. Dias³ relata bem esta fase, notando que as disciplinas correspondiam exatamente às seções da Biblioteca Nacional e eram ministradas pelos próprios chefes dessas seções. Durante esse período, a principal influência sobre o curso vinha da França, como em tantos outros aspectos da vida nacional. Em 1931, após um intervalo de onze anos, o curso foi reiniciado, com algumas alterações. A duração passou para dois anos, e as disciplinas ainda quatro.

eram, no primeiro ano, Bibliografia, e Paleografia e Diplomática e, no segundo, História Literária (com aplicação à Bibliografia) e Iconografia e Cartografia. Segundo Dias³, ainda nessa fase, que vai até 1944, prevaleceu a influência da École de Charles, francesa.

5 - A INFLUÊNCIA AMERICANA

A influência americana na formação profissional do bibliotecário brasileiro teve início no fim da década de 1920 e início da seguinte. Em outubro de 1929 foi instituído o segundo curso de biblioteconomia brasileiro, em São Paulo, patrocinado pelo então Instituto, hoje Universidade, Mackenzie. Esse Instituto havia trazido dos Estados Unidos uma jovem bibliotecária, Dorothy Muriel Gueddes, a quem foi confiada a dupla responsabilidade de preparar uma bibliotecária do Instituto para fazer curso de especialização na Universidade de Columbia, Estados Unidos, e substituí-la na sua ausência. A necessidade de preparação da bibliotecária deu ensejo à formação do segundo curso de biblioteconomia no País. As disciplinas desse curso refletiam a orientação americana, voltada para organização de bibliotecas, baseada em técnicas especialmente desenvolvidas. Incluía esse curso as disciplinas Catalogação, Classificação, Referência e Organização.

Ao retornar ao Brasil, a bibliotecária do Instituto Mackenzie, Adelpha Rodrigues de Figueiredo, deu continuidade ao curso iniciado por sua colega americana, curso esse que duraria até 1935 quando cedeu lugar a um curso novo, criado pela Prefeitura de São Paulo, baseado na mesma orientação do precedente. Ao currículo foi adicionada a disciplina História do Livro. Em 1939 a Prefeitura tirou seu apoio, mas o curso ressurgiu em 1940, anexo à Escola Livre de Sociologia e Política, onde firmou-se, expandiu sua duração e conteúdo, sempre de acordo com a orientação americana³.

6 - OS CURSOS DO DASP

Em 1940, o Departamento Administrativo do Serviço Público determinou a divisão da carreira de bibliotecário em Bibliotecário e Bibliotecário Auxiliar* e instituiu um curso de biblioteconomia intensivo, com a duração de 6 meses.

Decreto-Lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940, determinou a divisão da carreira e o Decreto-Lei nº 6.416, de 30 de outubro de 1940, instituiu o curso. DIAS, Antônio Caetano: O ensino de biblioteconomia no Brasil, p. 14.

Esse curso, que funcionou até 1944, seguia a orientação americana/paulista, fazendo parte de seu currículo as disciplinas Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência e Organização e Administração de Bibliotecas. O sucesso desses cursos do DASP inspirou uma nova reforma do curso mantido pela Biblioteca Nacional, em 1944.

7 - A REFORMA DO CURSO DA BIBLIOTECA NACIONAL- 1944

A Biblioteca Nacional sofreu novas reformas em sua estrutura e, em 1944, também o curso de Biblioteconomia foi reformulado, sob a orientação do professor do curso e seu diretor entre 1944 e 1948, Josué Montello. A reforma implicou em uma mudança nos objetivos do curso, pois não mais se limitaria a formar profissionais para a Biblioteca Nacional, mas, oferecendo formação básica, estaria preparando pessoas para qualquer tipo de biblioteca.

Após a reforma, a Biblioteca Nacional passou a oferecer cursos em dois níveis, fundamental e superior, e mais cursos avulsos de atualização. Os conteúdos dos cursos fundamental e superior eram os seguintes:

- Curso fundamental (visando preparação de auxiliar de biblioteca): Organização de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; História do Livro e das Bibliotecas.
- Curso superior (visando preparar pessoas para serviços especializados e de direção das bibliotecas): Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; História da Literatura (aplicada à Bibliografia); disciplina optativa, escolhida entre: Noções de Paleografia; Catalogação de Manuscritos, Livros Raros e Preciosos; Mapotecas; Iconografia; Bibliotecas de Música; Bibliotecas Infantis e Escolares; Bibliotecas especializadas e Bibliotecas Universitárias; Bibliotecas Públicas, ou qualquer disciplina cursada em escola de nível superior, cujo conteúdo fosse julgado de interesse.³

É interessante notar a presença de disciplinas de caráter técnico em ambos os níveis fundamental e superior, confirmando a aceitação da visão americana de biblioteconomia.

8 - A DESCENTRALIZAÇÃO DOS CURSOS

Os cursos de biblioteconomia de São Paulo e do Rio de Janeiro eram os únicos do País, e para eles vieram alunos dos Estados, amparados por um sistema de

bolsas de estudo. De volta aos seus Estados de origem, os bolsistas lá organizaram cursos ou escolas. Surgiram, assim, cursos em Salvador, Porto Alegre, Recife e Manaus.

O Instituto Nacional do Livro, criado em 1937, também contribuiu muito para a difusão das técnicas de biblioteconomia, promovendo cursos regulares e avulso, alguns dos quais também se transformaram em cursos permanentes, como os de Belo Horizonte e Curitiba.

A expansão do ensino superior virá depois a dar ensejo para o desenvolvimento desses cursos, e sua incorporação às universidades.

9 - A DÉCADA DE 1950

A década de 1950 é marcada por duas características: a expansão dos cursos de biblioteconomia, em termos de números-de cursos no País, e a luta dos bibliotecários para firmarem-se como classe profissional de nível superior.

Alguns fatores direta ou indiretamente ligados aos cursos tiveram papel muito importante sobre eles. Um exemplo desses fatores é a atuação do Instituto Nacional do Livro que, paralelamente ao estímulo dado à criação de bibliotecas, promoveu também, na década de 1950, diversos cursos regulares e avulsos de biblioteconomia, como já citado.

Também a atuação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBDD, fundado em 1954, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, iria influenciar bastante as decisões de conteúdo dos cursos. O IBBDD foi criado com muito apoio da UNESCO, que para aqui trouxe dois peritos em Documentação, Herbert Coblans (1953) e Zeferino Ferreira Paulo (1954). Os esforços de Coblans, no sentido de difundir aqui métodos e técnicas de documentação, tiveram efeito de longo prazo, com a inclusão da matéria Documentação no currículo mínimo que seria aprovado em 1962.

Atestando o estado de expansão pelo qual passava a biblioteconomia brasileira, realizaram-se no início da década três importantes congressos. Em 1951, em São Paulo, a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, promovida pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos; em 1953, o Primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro; e, em 1954, em Recife, o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia.⁴ Citando

Fonseca, "o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia teve o mérito principal de, reunindo bibliotecários de vários pontos do território nacional, iniciar uma fase de colaboração entre eles, até então muito dispersos".⁴ Esse Congresso tem se repetido a cada dois anos desde então (com a exceção dos anos 1967 e 1969), cada vez em um lugar diferente. Tornaram-se importante veículo de comunicação profissional, especialmente na década de 1960 e início de 1970, antes da aparição das principais revistas profissionais.

10 - A REFORMA DO CURRÍCULO DO CURSO DA BIBLIOTECA NACIONAL EM 1962

Desde 1955 o curso oferecido pela Biblioteca Nacional vinha sendo objeto de estudo visando a nova reforma. Mas foi somente em 1962 que o novo currículo foi finalmente aprovado, através do Decreto 550, de fevereiro de 1962. Nesse novo currículo, agora com a extensão de três anos, figuravam as seguintes disciplinas:

- 1º ano: Técnica do Serviço de Referência
Bibliografia em geral
Introdução à Catalogação e Classificação
Organização e Administração de Bibliotecas
História do Livro e das Bibliotecas
- 2º ano: Organização e Técnica de Documentação
Bibliografia Especializada
Catalogação e Classificação
Literatura e Bibliografia literária
Introdução à cultura histórica e sociológica
- 2º ano: Catalogação Especializada
Classificação Especializada
Reprodução de documentos
Paleografia
Introdução à Cultura Filosófica e Artística

O currículo incluía ainda uma disciplina optativa, a ser escolhida dentre as oferecidas nos cursos avulsos, ou por universidades. O interesse em identificar as disciplinas constantes desse currículo está em que ele serviria de base para a proposta do primeiro currículo mínimo, feita ao Conselho Federal de Educação.

Ao que tudo indica, esta reforma dos programas do curso da Biblioteca Nacional não era um esforço isolado, mas fazia parte de um movimento maior, visando a elevação da profissão a "nível universitário", e a regulamentação da profissão pelo Ministério do Trabalho.

A consequência imediata da aprovação do novo currículo da Biblioteca Nacional em fevereiro de 1962 foi, de fato, a elevação da profissão à "profissão de nível superior", meta finalmente conseguida

graças aos esforços e dedicação constante de um grupo de bibliotecários, dentre os quais se deve ressaltar o nome de Laura Russo.

Na verdade, desde 1958, uma proposta de lei regulamentando a profissão já havia sido apresentada, e desde 1969, o Ministério da Educação havia nomeado uma comissão para estudar o estabelecimento de um currículo mínimo. Mas foi somente em 1962, com a aprovação do currículo da Biblioteca Nacional (modelo do novo currículo mínimo), que se desencadeou o processo de regulamentação da profissão - Lei nº 4.084/62 - e a aprovação do currículo mínimo dos cursos que seriam a única porta possível para a nova profissão. Lei 4.084/62.⁵

11 - DÉCADA DE 1960

O reconhecimento da profissão de bibliotecário como de "nível superior" e o consequente estabelecimento do currículo mínimo do curso de biblioteconomia reforçou a profissão e parece ter influenciado favoravelmente a atração exercida pelos cursos sobre os candidatos ao ensino superior. Em 1962, quando da aprovação do currículo mínimo, havia dez cursos de biblioteconomia funcionando no País, com um total de 424 alunos⁵

Na década de 1960, oito novos cursos foram fundados.**

- * Esses cursos eram:
Escola de Biblioteconomia e Documentação — Bahia (95 alunos).
Curso da Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro (88 alunos).
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Ursula — Rio de Janeiro (42 alunos).
Curso de Biblioteconomia — Minas Gerais (40 alunos).
Curso de Biblioteconomia e Documentação — Paraná (20 alunos).
Curso de Biblioteconomia e Documentação — Pernambuco (23 alunos).
Escola de Biblioteconomia e Documentação — Rio Grande do Sul (99 alunos).
Escola de Biblioteconomia de São Paulo — São Paulo (67 alunos).
Faculdade de Biblioteconomia de Campinas — Campinas (26 alunos).
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos — São Carlos (12 alunos) Russo, 1966).^s

- ** Os novos cursos foram fundados em todos os casos menos um, em universidades: Universidade de Brasília (1963); Universidade Federal Fluminense (1963); Universidade Federal do Ceará (1965); Fundação Universidade do Amazonas (1966); Universidade de São Paulo (1967); Escola de Biblioteconomia de Formiga, MG (1968); Universidade Federal da Paraíba (1969); Universidade Federal do Maranhão (1969).

Em 1965, Russo referiu-se à necessidade de melhorar as instalações e equipamentos dos cursos para que pudessem desenvolver os programas estabelecidos. Identificou ainda os seguintes problemas:

- a. improvisação de professores;
- b. falta de especialização em nível de pós-graduado;
- c. magistério sob a forma de tempo parcial, o que torna grande a distância entre professores e alunos e o ensino inadequado às necessidades de um processo pedagógico moderno. É sabido que os professores, quase sempre, vivem sobrecarregados de afazeres, sem tempo para o indispensável convívio com os alunos;
- d. hiato entre a escola e a comunidade, motivo porque deve ser condição precípua dos cursos, atualizarem-se quanto aos problemas das bibliotecas e do meio onde se situam;
- e. condições falhas do ensino teórico, a fim de ser resolvido o problema dos que concluem o curso sem prática alguma, para um trabalho imediato e produtivo na profissão que elegeram".⁵

As condições precárias em que funcionavam muitos desses cursos têm sido confirmadas por professores que então lecionavam, em conversas com a autora.

Quanto ao conteúdo dos programas oferecidos, Russo apresenta, em seu livro datado de 1965, uma série de três quadros muito interessantes onde estão relacionadas todas as disciplinas oferecidas pelos cursos então funcionando, 14 ao todo. Cada quadro corresponde a um ano letivo. Infelizmente não há indicação do tempo - número de horas - dedicado a cada disciplina, apenas os seus títulos. Mas assim mesmo, um exame dos quadros e agrupamento das disciplinas registradas por assunto permite algumas conclusões a respeito das tendências e ênfases de então.

As disciplinas dominantes nos currículos plenos eram as relacionadas com as seguintes matérias do currículo mínimo, na proporção dada sobre o total de disciplinas oferecidas:

Catálogo e Classificação - 22.8%.

Bibliografia e Referência - 12.7% (com predominância da Bibliografia).

Administração e Organização de Bibliotecas — 10.6%.

O significado exato desta frase não parece muito claro.

Esses três grupos de disciplinas equivaliam, portanto, a 46.1% dos currículos plenos. As outras disciplinas de caráter técnico ou profissional citadas ocupavam 14.2% dos currículos:

Documentação - 6%
Paleografia — 4%
Seleção - 2.5%
Encadernação - 0.7%
Reprografia — 0.7%
Introdução à Biblioteconomia — 0.3%

As matérias de cunho cultural exigidas pelo currículo mínimo correspondiam a 29.4%:

Historia da Arte - 7.8%
História da Literatura - 6.0%
História do Livro e das Bibliotecas — 5.3%
Introdução aos Estudos Históricos e Sociais - 5.3%
Evolução do Pensamento Filosófico e Científico - 5.0%

O restante do tempo, 10.3%, era dedicado às seguintes áreas:

Línguas - 5.0%
Psicologia - 2.5%
Cultura Religiosa - 1.8%
Ética Profissional - 0.7%
Organização do Trabalho Intelectual — 0.3%

Esses números indicam cursos fortemente voltados para organização de acervos e da instituição biblioteca e, em sua parte "cultural", ao conhecimento humanístico. Tais características foram confirmadas por Lemos, segundo quem o dispositivo legal que fixou em 1968 a duração mínima dos cursos de biblioteconomia em 2.025 horas de atividades didáticas provocou ainda "um superdimensionamento do conteúdo das disciplinas técnicas, principalmente Catalogação e Classificação, a fim de preencher o tempo disponível".⁶

O autor também critica os cursos por apresentarem as disciplinas culturais "como apanhados pretensamente enciclopédicos de temas", com resultados muito superficiais.

A insatisfação com os currículos dos cursos de biblioteconomia transparece em alguns dos poucos documentos disponíveis, publicados ainda na década de 60, mas são frequentes nos artigos que viriam a aparecer nas novas revistas profissionais da década seguinte.

Um papel especial no esforço para a reformulação dos programas parece ter sido desenvolvido pela Associação Brasileira de Escola de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, fundada em 1967. Essa Associação promoveu reuniões de professores de disciplinas afins de várias escolas cujos efeitos se fariam sentir sobretudo a partir de 1970! Um dos temas que ganhará força nessas reuniões será a necessidade de mudança do currículo mínimo.

12 - A DÉCADA DE 1970

O fim da década de 1960 e o início da de 1970 foram marcados por instabilidade política, mas também acentuado crescimento econômico. Refletindo o sucesso da economia, o panorama da área de Biblioteconomia era também de crescimento e mudanças. Em 1971 havia 17 cursos funcionando, formando Bacharéis em Biblioteconomia. Onze novos cursos foram instalados entre 1970 e 1977, dos quais sete em cidades do interior:

- Instituto do Ensino Superior de Mococa, São Paulo - 1970
- Universidade Estadual de Londrina, Paraná - 1972
- Universidade Federal de Santa Catarina - 1973
- Universidade Federal do Espírito Santo — 1974
- Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina- 1974
- Fundação Universidade do Rio Grande - 1975
- Faculdade de Biblioteconomia e Documentação Teresa d'Ávila, Lorena, São Paulo — 1975
- Faculdades Integradas Teresa d'Ávila, Santo André, São Paulo - 1976
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, São Paulo - 1977
- Universidade Estadual de São Paulo Júlio Mesquita Filho, Marília, São Paulo- 1977.

Alguns acontecimentos tiveram influência muito grande no desenvolvimento da biblioteconomia e dos cursos no período. Um fator que muito influenciou o ensino profissional na década de 1970 foi o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Desde 1960 vinha se verificando um esforço grande no sentido de instalar-se cursos de pós-graduação em áreas diversas. Na década seguinte, 1970, esse esforço foi dirigido principalmente para a sistematização e

Veja por exemplo, o relato de uma reforma do currículo pleno da Escola de Biblioteconomia da UFMG, realizada em 1969 e avaliada em 1974, dando ensejo a nova reforma; IN: ASSUNÇÃO, J.B. & F1UZA, M.M. Reformulação do currículo do curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 3(2): 218-33, set. 1974.⁷

institucionalização do processo. O início da década viu uma proliferação e diversificação de cursos que iriam levar ao estabelecimento de mecanismos para disciplinar o desenvolvimento de tais cursos, segundo os objetivos governamentais⁸. Entre esses instrumentos estão o 1º Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG (1975), cujo objetivo fundamental era transformar as universidades "em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes" e o Programa Institucional de Capacitação de Docentes — PICD, que visava "implantar a nível nacional um processo de habilitação de docentes (...) estimulando às instituições de ensino superior a um contínuo desenvolvimento dos seus recursos humanos, através da formação acadêmica em cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado"⁸.

Esses desenvolvimentos na educação superior no Brasil, aliados ao desenvolvimento tecnológico, especialmente o referente a área de comunicações, e às mudanças sociais e econômicas do País, tiveram, e continuam tendo, muita influência nos programas de formação profissional para biblioteconomia, pois provocaram a expansão dos cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu e empurraram os cursos de graduação para um processo de auto-avaliação de seus programas.

Também na área de Biblioteconomia e Ciência de Informação foi iniciado, em 1970, o primeiro curso de mestrado, no então IBBD, com o nome de Mestrado em Ciência de Informação. A clientela visada pelo curso não se restringia aos bibliotecários, mas sim a formados em áreas diversas com interesse na área de informação. O IBBD já vinha oferecendo um outro curso de pós-graduação, lato sensu, desde 1955 que muito contribuiu para a formação de professores dos cursos de graduação da década de 1960. Como notado por Gomes⁹, muitos assuntos vistos pela primeira vez no curso de especialização passaram a integrar os programas dos cursos de graduação, como por exemplo normalização na documentação, bibliografia especializada, e mecanização. Os cursos de pós-graduação, que aumentarão em número e influência a partir da segunda metade da década, serão discutidos mais adiante.

Merece destaque também o aparecimento dos periódicos profissionais. Entre 1972 e 1973 foram lançados os primeiros periódicos de biblioteconomia brasileiros: a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, em Belo Horizonte; Ciência da Informação, pelo então IBBD, no Rio de Janeiro e

a Revista de Biblioteconomia de Brasília, pela Associação de Bibliotecários do Distrito Federal e Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Essas três revistas, publicadas regularmente até hoje, tomaram-se muito importantes como veículos de comunicação da classe e também fonte de material didático para as aulas. Junto com os anais dos congressos que começaram a ser publicados a partir de 1975, contribuíram de maneira significativa para elevar o nível e métodos de ensino.

De maneira geral, pode-se dizer que a reformulação do currículo mínimo e a atualização do plano foram os assuntos que mais movimentaram os cursos no período.

Já no início da década as escolas vinham sentindo uma crescente pressão para que renovassem seus currículos, em resposta às mudanças e pressões do ambiente. O 69 Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em 1971, em Belo Horizonte, incluiu entre suas recomendações finais uma especialmente dirigida à ABEBD sobre o assunto. Recomendava o estudo do currículo mínimo visando a sua reformulação, com inclusão de matérias tais como: Metodologia do Trabalho Intelectual, Linguística, Fundamentos de Matemática, Estatística e Introdução aos Computadores. Também foi solicitado às Universidades que oferecessem cursos de formação de professores de biblioteconomia.¹⁰ Esses dois aspectos, a atualização de conteúdos e a preparação dos professores, parecem ter sido os problemas mais sérios. O problema da reformulação do currículo foi ganhando atenção crescente ao longo "de toda a década, como registra o documento preliminar do grupo de trabalho especialmente nomeado para formular uma proposta:

1971 - julho - Belo Horizonte: 6º CBBDD. Em reunião da ABEBD os cursos posicionam-se quanto à necessidade de revisão do currículo mínimo.

— Setembro — Niterói: 1º Encontro Nacional de Diretores e Professores de Biblioteconomia, organizado pela ABEBD; discutiram-se aspectos do currículo mais carentes de atualização, a duração do curso, e a oportunidade de dar-se andamento a tais estudos.

1975 - maio — Salvador: 29 Encontro Nacional de Diretores e Professores de Biblioteconomia, organizado pela ABEBD. O ternário original, constituído de quatro itens, foi alterado e todo o Encontro dedicado aos estudos de currículo; foi

distribuído, para discussão, a todas as escolas e cursos de biblioteconomia um documento, baseado em subsídios oferecidos pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

- Julho - Brasília: 79 CBBDD. Reunião de Diretores e Professores dos Cursos de Biblioteconomia, convocada pela ABEBD, onde foi distribuído, para estudo, um trabalho elaborado pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná, embasado no documento de Salvador.

1976 — abril — Campinas: Reunião convocada pela ABEBD, na qual foi criada Comissão para os estudos de currículo mínimo, constituída por professores das Universidades Federais de Minas Gerais, Paraná e Pernambuco (Primeira Comissão).

- Junho — Belo Horizonte: A Primeira Comissão reuniu-se para discussão dos estudos realizados a partir do documento-diretriz.

- Setembro - Rio de Janeiro: Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. Em reunião paralela, convocada pela ABEBD, foi exposto o andamento dos trabalhos referentes ao currículo mínimo.

1977 - julho - Porto Alegre: 99 CBBDD. Em reunião paralela, convocada pela ABEBD, foi aceita a proposta de currículo mínimo elaborado pela Primeira Comissão. Para revisão e redação final do documento foi constituída uma Segunda Comissão, integrada por professores dos cursos das Universidades Federais da Bahia e Paraná e da Universidade de Brasília.

- Novembro — Brasília: Reunião da Segunda Comissão, criada em Porto Alegre, a que estiveram presentes também os membros da Comissão anterior e ainda o Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia e o Assessor Especial de Biblioteconomia da CAPES, entidade que patrocinou a Reunião. Procedeu-se a revisão das matérias propostas e ementas. Foi esboçado um novo documento,

1978 — janeiro — Curitiba: Reunião da Segunda Comissão. As matérias foram agrupadas em áreas. Definiu-se a forma do documento e sua redação.

- Maio — Brasília: a Comissão remeteu cópia do documento a cada Curso e à ABEBD, solicitando um pronunciamento final até 15 de julho. Enviaram sugestões as seguintes Instituições: Universidades Federais da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Universidade de Brasília, Conselho Federal de

Biblioteconomia e Assessoria Especial de
Biblioteconomia da CAPES.

1979 - Fevereiro - Florianópolis: a ABEBD recebeu
ofício do Conselho Federal de Biblioteconomia,
encaminhando ofício do CFE, que solicitava
sugestões para a reformulação de currículo.

- Julho - Curitiba: 10º CBBB. Em reunião
convocada pela ABEBD foi apresentado relatório e
criada a Terceira Comissão com representantes de
Brasília, Paraná e Bahia.

1980 — Maio — Brasília: Seminário de Currículo,
promovido pela Organização dos Estados Americanos
- OEA, com professores do IBICT, Universidade
de São Paulo, Universidade de Brasília e
Universidades Federais da Paraíba, Rio Grande do
Sul, Santa Catarina, Paraná. Foi criado grupo de
trabalho MEC/ABEBD com o objetivo específico
de, sob o patrocínio da OEA e Secretaria de Ensino
Superior do MEC — SESU, dar continuidade aos
estudos de Currículo Mínimo.

- Julho — Brasília: Reunião do Grupo de Trabalho
constituído por professores das Universidades
Federais de Minas Gerais, Paraíba, Paraná,
Universidades de São Paulo e Presidente da ABEBD,
para incorporar ao documento básico os subsídios
do Seminário de Currículo¹¹.

Como pode ser observado, a partir de 1975
intensificaram-se as ações visando a reformulação
do currículo mínimo. O documento-diretriz,
preparado por professores da UFMG, em 1976, e que
serviria de ponto de partida para a versão final, foi
exposto num artigo publicado em 1977¹². As ideias
nele contidas foram retrabalhadas e reformuladas
pelas várias comissões e grupos de trabalho e
finalmente submetidas, em 1980, aos 29 cursos
existentes, dos quais 27 responderam dando sua
aprovação, sugestões ou restrições. Os itens mais
comuns nessas respostas referiam-se às matérias
culturais, ao estágio, à duração do curso e à inclusão
da língua inglesa. Também houve sugestões quanto
a volta ao regime anual e seriado e manifestações de
preocupação quanto à capacidade das instituições
de implementar a contento o proposto.

A apreciação das impressões e informações
conseguidas nessas respostas e nas visitas que também
havia sido feitas aos cursos por membros do Grupo
de Trabalho forneceu subsídios para redação final
da proposta, a qual foi então enviada ao Conselho
Federal de Educação, em janeiro de 1981.

A aprovação final somente se daria em agosto de
1982, com várias alterações.

Paralelamente a esses acontecimentos, a literatura
profissional da década registra o crescimento da ideia
da necessidade de mudança dos conteúdos e
direcionamento dos cursos de graduação. As críticas
eram dirigidas, principalmente, ao conteúdo dos
programas e métodos de ensino, cujos objetivos
pareciam ser muito voltados à aquisição de *prática*
no uso de normas e tabelas. Também se criticava
a carga horária excessiva dedicada a disciplinas que
enfatizavam tais aspectos.

O artigo de Cesarino¹³ é bastante representativo
do sentimento que começava a ganhar corpo entre
alguns professores a respeito da mudança de
currículo. Nesse artigo, a ideia da biblioteca como
sistema, atuando num contexto mais amplo e
interagindo com outros subsistemas "para atender
a uma necessidade social", dá uma *amostra do tom*
que viria marcar todo o movimento pela mudança.
Começam a aparecer também críticas à falta de
criatividade e iniciativa, e ao comodismo que,
aparentemente, os cursos desenvolviam ou acentuavam
nos seus alunos.

Outra crítica comumente encontrada na literatura da
época refere-se ao desenvolvimento desordenado,
consequência da inclusão de disciplinas diversas
"para atender a uma e outras necessidades a sabor
de impulsos momentâneos"¹³.

A verdade parece ser que a época de transformações
rápidas no País em geral, e especialmente na
tecnologia e na educação, e na própria avaliação da
importância de informação no Brasil por órgãos
diversos ligados ao governo e à indústria, fez com que
a definição da expectativa pelo que deveria ser o
bibliotecário se tornasse confusa, desorientando os
cursos. Confirma esta afirmação, iniciativas como a da
Escola de Biblioteconomia da UFMG que, em 1973,
realizou seminário com participação de professores
alunos e profissionais, cujos objetivos eram o de
identificar necessidades do mercado para avaliação
dos programas de ensino do curso¹⁴.

Nesse Seminário surgiu a constatação, por um dos
participantes, da necessidade de se oferecer cursos de
pós-graduação "para possibilitar, ao bibliotecário,
maior desenvolvimento em sua área profissional".
Essa preocupação parece confirmar-se nos artigos
publicados em um número especial da Revista da
Escola de Biblioteconomia da UFMG, inteiramente
dedicado ao assunto ensino de biblioteconomia.

publicado em março de 1974. No dizer de Etelvina Lima, que assina a Introdução, causou-lhe surpresa "ao analisar a colaboração recebida pela Revista (...) a ausência de trabalhos sobre a formação profissional de bibliotecários em nível de graduação"¹⁵. E entre os problemas por ela identificados como merecedores de atenção aparecem os relativos ao currículo mínimo, ao conteúdo dos programas e à metodologia de ensino.

Mas, apesar da chamada de Lima para os artigos sobre o curso de graduação, a literatura profissional da segunda metade da década parece preocupar-se mais com os emergentes cursos de mestrado.

13 - OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Já na proposta de currículo mínimo apresentada ao Conselho Federal de Educação - CFE em 1962, estavam incluídos três níveis de cursos, assim chamados: curso de graduação, curso de pós-graduação e curso de doutorado. O curso de graduação proposto teria a duração mínima de seis semestres, e destinava-se a formar bibliotecários e documentalistas. O curso de pós-graduação, com duração mínima proposta de dois semestres, destinava-se a "ampliar e atualizar conhecimentos técnicos de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e a formar professores de Biblioteconomia e Documentação" e o curso de doutorado, acessível apenas aos licenciados nos cursos de pós-graduação, iria conferir o grau de Doutor aos que concluíssem e apresentassem e defendessem tese⁵. O CFE, na ocasião, considerou apenas o curso de graduação, aprovando o currículo mínimo de 1962. Nada parece ter sido dito ou feito em relação aos outros dois níveis.

Antes dessa proposta, no entanto, já havia cursos de pós-graduação na área. O IBBD vinha oferecendo, desde 1965, o Curso de Documentação Científica, aberto a bibliotecários e outros graduados dos cursos superiores⁶. E a Biblioteca Nacional também oferecia aos já formados, na década de 1950, cursos breves sobre vários assuntos.

A primeira tentativa de iniciar-se um curso formal de mestrado em Biblioteconomia no Brasil foi empreendida pela Universidade de Brasília, em 1965. Esse curso funcionou apenas por dois anos, nele tendo se matriculado três alunos, mas não chegou a formar nenhum, tendo sido interrompido devido à instabilidade política que tanto afetou a Universidade na época.

O Mestrado em Ciência da Informação, iniciado em 1970 pelo então IBBD em convênio com a

Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi o primeiro curso realmente a formar mestres na área. A influência até então exercida pelo Curso de Documentação Científica sobre os cursos de graduação passou a ser exercida pelo curso de Mestrado, pois um número significativo de mestrandos eram, ou vieram a ser, professores.

A necessidade de preparação profissional formal além da graduação, no entanto, já começara a se fazer sentir em meados de 1960, como atesta a tentativa da Universidade de Brasília em 1965 e a comunicação de Fonseca em 1968 ao Seminário sobre Ensino de Biblioteconomia e Documentação¹⁶. E mesmo depois da instalação do curso de Mestrado do IBBD, referências à necessidade de outros cursos para diversificar e aumentar as oportunidades de formação profissional podem ser encontradas na literatura*.

Mas é interessante notar que os cursos de mestrado em biblioteconomia e documentação iniciados entre 1976 e 1978 - Universidade Federal de Minas Gerais - 1976; Pontifícia Universidade Católica de Campinas - 1977; Universidade de Brasília - 1978; Universidade Federal da Paraíba - 1978 - talvez tenham sido impulsionados não apenas pela pressão exercida pela classe, mas pela necessidade sentida pelos órgãos financiadores dos cursos de pós-graduação, especialmente a CAPES, de pessoal qualificado para gerir as bibliotecas universitárias que davam suporte àqueles cursos.

Existem hoje no Brasil cinco cursos de mestrado em Biblioteconomia e Documentação ou Ciência da Informação. Além desses, já citados, mantidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, antigo IBBD, e Universidades de Minas Gerais, da Pontifícia Católica de Campinas, de Brasília e da Paraíba, há ainda um curso de Mestrado e um de Doutorado em Ciência da Comunicação com área de opção em Biblioteconomia e Documentação, oferecido pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. As principais características desses sete cursos, suas áreas de concentração, produção científica e problemas enfrentados têm sido objeto de artigos diversos, reuniões e relatórios, e portanto não serão considerados aqui**.

* Veja por exemplo: Cesarino, 1973 ; Assunção e Fiúza, 1974; Havard-Williams, 1975; Vieira e Lima, 1977¹⁸

** Veja por exemplo: Avaliação & Perspectivas; 1978 ; Avaliação & Perspectivas, 1982²⁰; Encontro sobre pós-graduação, 1978²¹; Relatório da IV Reunião, 1981²²; Encontro de coordenadores, 1983²³; Projeto de apoio, 1981 24; Vieira e Lima, 1977¹⁸; Carvalho, 1978²⁵; Kremer, 1983²⁶

O ponto que interessa ao assunto aqui tratado é o impacto desses cursos na formação profissional. De acordo com a regulamentação dos cursos de pós-graduação, seus objetivos são:

- "a) a formação de professores para o magistério superior a fim de atender à expansão quantitativa deste ensino e à elevação de sua qualidade,
- b) formação de pesquisadores, de modo a possibilitar o desenvolvimento da pós-graduação atendendo às necessidades setoriais e regionais;
- c) preparação de profissionais de alto padrão, em função da demanda do mercado de trabalho das instituições públicas e privadas"²⁷.

O primeiro objetivo — a formação de professores — vem sendo cumprido, uma vez que, segundo um levantamento realizado em 1982, 90 professores dos cursos de graduação haviam se formado mestres ou estavam cursando o mestrado desde o início dos cursos em 1970²⁰. É de imaginar-se que esses professores tenham participado dos movimentos e influenciado as mudanças do currículo. Mas, mais do que mudanças burocráticas ou legais, tais como a do currículo mínimo, são as pessoas que as implementam que realmente determinam o caráter e extensão da nova orientação. Esse aspecto é talvez o ponto potencial de maior impacto dos cursos de mestrado no ensino de graduação.

O segundo objetivo citado acima, a formação de pesquisadores, também tem impacto no ensino, uma vez que impulsiona o estudo dos problemas da área, cujos resultados acabam sendo incorporados à experiência profissional. De maneira concreta, pode-se sentir um aumento e "nacionalização" na literatura profissional que vem se tornando acessível aos estudantes,

A preparação de profissionais de alto padrão, também objetivo dos cursos de mestrado, parece ter provocado nos cursos de graduação uma maior atenção para problemas de mercado de trabalho e conseqüente esforço no sentido de melhor atender às suas exigências. Nota-se, por exemplo, o aumento da oferta de disciplinas nas áreas de administração, instrumentos de pesquisa e automação.

Os cursos de mestrado, no entanto, pelos objetivos e natureza, não são a melhor solução para profissionais que desejam apenas se atualizar ou desenvolver ou aprimorar técnicas. A

educação permanente, necessária à sobrevivência de cada profissional e da profissão como um todo, necessita do apoio de cursos em nível de pós-graduação, mas de curta duração.

Esses cursos têm sido oferecidos em diversos assuntos e níveis de profundidade, por entidades diversas, universidades, associações, empresas. Seu papel na formação profissional não deve ser subestimado. Esse ponto de vista também é defendido no 2º Plano Nacional de Pós-Graduação 1982-1985: "Em algumas áreas do conhecimento, a especialização de profissionais constitui-se não só em requisito para a docência como também para a sua adaptação às múltiplas exigências de um mercado de trabalho em evolução. Cursos e estágio de especialização devem, assim, existir em número compatível com estas necessidades"¹⁸

14- A SITUAÇÃO ATUAL

Apesar da consciência da necessidade de mudança de ênfase dos objetivos dos programas de ensino demonstrada através da literatura dos anos 70 e das atividades de professores envolvidos com a formulação da proposta de um novo currículo mínimo, não parece ter havido, naquele período, modificações tão grandes em relação à situação detectada pelo exame dos dados recolhidos por Russo, em 1966⁵.

Um levantamento realizado em 1981 em nove cursos de graduação situados nas cinco regiões geográficas do País revelou traços principais que, pela frequência com que aparecem levam a concluir que talvez sejam comuns a todos os cursos. Esses traços são a duração dos cursos, a ênfase nas Ciências Humanas, a pouca oferta de disciplinas optativas, e o predomínio de disciplinas equivalentes às matérias profissionais do currículo mínimo, especialmente Catalogação e Classificação²⁹.

A duração média é de três anos. Nota-se que a maioria dos cursos de graduação tem a duração de quatro anos. Todos os programas examinados revelaram-se fortemente voltados para a área de ciências humanas, uma decorrência não só do currículo mínimo mas também através de disciplinas eletivas e optativas oferecidas. Disciplinas da área de ciências exatas são oferecidas em números reduzidos. A presença de disciplinas optativas (para escolha dos alunos) é pequena, ocupando de zero a 12% do currículo pleno. Entre as disciplinas exigidas e não equivalentes ao currículo mínimo, no entanto, há quatro voltadas a métodos de pesquisa, o que pode ser considerado reflexo do esforço de atualização.

O equilíbrio entre disciplinas desenvolvidas das matérias do currículo mínimo de caráter profissional e cultural indica ênfase nas primeiras. Às profissionais são dedicadas de 49.1% a 80.0% do currículo pleno e às "culturais" de 7.4% a 20.3%. E entre as disciplinas equivalentes às matérias Catalogação e Classificação (entre 10.1% a 31.5% dos cursos), seguida de longe por Administração (4% a 16%) e Bibliografia (4.1% a 11.7%).

A aprovação de um novo currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação - CFE ocorreu em agosto de 1982 e sua publicação no Diário Oficial em novembro do mesmo ano, tornando-o obrigatório a partir de dois anos após essa data.

O currículo mínimo aprovado³⁰ difere em alguns pontos da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho em 1980. A proposta incluía, no grupo de matérias de Fundamentação Geral, a matéria Psicologia Social, substituída, na versão aprovada, por História da Cultura.

A substituição terá como efeito a preservação da característica humanística dos cursos, um aspecto interessante mas infelizmente conseguido através do sacrifício da introdução de Psicologia Social, cujo entendimento vem se tornando essencial ao bom desempenho profissional.

No grupo de matérias Instrumentais houve a inclusão das matérias Língua Estrangeira Moderna e a extensão da matéria Língua Portuguesa para Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa. Se a primeira contribuição dos Conselheiros do CFE é compreensível e tinha, como foi visto, vários defensores, a segunda é de difícil interpretação, quando considerada como matéria instrumental.

No grupo de matérias de Formação Profissional a modificação introduzida é ainda mais obscura. Substituiu-se a matéria Informação. Bibliotecas, Usuário, que pretendia dar origem a disciplinas que relacionassem os três elementos do seu título, por uma chamada Informação aplicada à Biblioteconomia. O elemento usuário, como descrito na ementa proposta, foi transferido para a matéria Administração de Bibliotecas, destacando como importante nos estudos de usuário sua contribuição para a administração, uma visão mais limitada que a proposta. Este trabalho não pretende entrar no mérito dessas modificações ou do próprio currículo mínimo como um todo. Interessa ver como o novo currículo será desenvolvido nos cursos. É ainda muito cedo para qualquer avaliação, pois o processo de

implantação mal começou. Mas pode-se dizer de antemão que a única forma de conseguir-se mudanças significativas será mediante a vontade e esforço das pessoas, especialmente dos professores.

15 - O FUTURO

A evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil tem progredido de maneira rápida, impulsionada por fatores internos e externos à biblioteca. Chegou agora a um ponto de mudanças formais em seus programas, desencadeadas pelo estabelecimento do novo currículo mínimo. O momento é de expectativas e espera-se que as mudanças não sejam apenas cosméticas. Há, no entanto, alguns problemas que terão que ser enfrentados e que extrapolam o alcance do currículo mínimo.

O mais importante talvez seja o entendimento da profissão, ou seja, a definição do profissional que se deseja formar para o Brasil de hoje e do futuro a curto e médio prazo. A julgar pelos programas de disciplinas oferecidas até 1980, a motivação maior parece ter sido a organização de documentos e, em menor grau, da informação. A literatura profissional por outro lado, vem conclamando a classe para se reconhecer como agente social preocupado com o acesso do povo à informação, à educação e à cultura, com responsabilidades no desenvolvimento da ciência e da técnica, e em todos os aspectos da vida nacional e individual que dependam ou possam lucrar com acesso a informação. O leque de responsabilidades profissionais é amplo demais para permitir que o curso dê habilidades específicas e competência no desempenho de todos os papéis propostos. No esforço de não negligenciar aspecto nenhum, os currículos correm o risco de se tornarem muito amplos, vagos, superficiais, frustrando alunos e futuros bibliotecários, empregadores, usuários e, especialmente, os professores. As características de desenvolvimento do País colocam ainda outros problemas entre os quais a necessidade de preparar-se profissionais para atuarem em situações que variam das mais sofisticadas às mais primitivas. A solução não parece tão difícil de enunciar, e nós a encontramos em diversos programas de disciplina nas frases que expressam os seus objetivos. Mas o problema está em implementar tais objetivos nas salas de aula. Não parece lógico confiar apenas ao curso de graduação a tremenda responsabilidade da formação profissional. É apenas o início. Os cursos de especialização e treinamento serão vistos então como uma responsabilidade que deve ser assumida pelas Universidades através de ofertas frequentes, abertas a todos os profissionais.

Também parece absurdo não incorporar à classe profissional aqueles que por ela optaram somente a nível de mestrado. O problema é mais complexo do que parece à primeira vista, mas não resta dúvida que terá que ser enfrentado de maneira mais realista no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ FONSECA, Edson Nery da. Reformulação do currículo mínimo de biblioteconomia. Brasília, Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, s.d. mimeo.
- ² LEMOS, A. A. Briquet de. Vacilações e tendências do ensino de biblioteconomia. Correio Braziliense n.º 173, 19-03-1971. Caderno Cultural, p. 3.
- ³ DIAS, António Caetano. O ensino de biblioteconomia no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, IPASE, 1955 (Coleção Ipase, 2).
- ⁴ FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil. Revista do Livro, 2 (5): 95-124, mar. 1957.
- ⁵ RUSSO, Laura G. M. A biblioteconomia brasileira 1915-1965. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966.
- ⁶ LEMOS, A. A. Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. R. Bibliotecon. Brasília, 1(1): 51-8, jan./jun. 1973.
- ⁷ ASSUNÇÃO, Jandira B. & FIÚZA, Marysia M. Reformulação do currículo do curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 3(2):218-33, set 1974.
- ⁸ NOVAS perspectivas para o sistema de ensino superior. CAPES — operacionalização e implantação do plano nacional de pós-graduação. Brasília, MEC/DAU/CAPES, 1975.
- ⁹ GOMES, Hagar E. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 3(1): 13-26, mar. 1974.
- ¹⁰ FERREIRA, C.N. de C.; TOLEDO, M. do R. de C.F. & FERREIRA, R.H.C. 1954-1979; Jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação; ternários; autores; trabalhos apresentados; recomendações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 22-27, jul. 1979. Anais. Curitiba, 1979. v. 1 p. 50-62.
- ¹¹ PROPOSTA de currículo mínimo de biblioteconomia. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho constituído por professores da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG; Universidade de São Paulo — USP, Universidade Federal da Paraíba — UFPB; Universidade Federal do Paraná — UFPR; e pelo Presidente da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação— ABEED. Belo Horizonte, julho 1980.
- ¹² FERREIRA, Maria Luiza A.G.; CALDEIRA, P.T.; BAHIA, M.A. & ARAÚJO, N.E.B. Currículo mínimo de biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 6(1):92-9, mar. 1977.
- ¹³ CESARINO, Maria Augusta N. O ensino de biblioteconomia: um currículo a ser mudado. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 2(1):43-59, mar. 1973.
- ¹⁴ FERREIRA, Maria Luiza A. G. Seminário sobre a formação do bibliotecário face às exigências profissionais da atualidade. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 2(2): 251-63, set 1973.
- ¹⁵ LIMA, Etelvina. Introdução. R. Esc. de Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 3(1): 7-12, mar. 1974.
- ¹⁶ FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 3(1): 27-39, mar. 1974.
- ¹⁷ HAVARD-WILLIAMS, P. S.E.O.: A Biblioteconomia no Brasil. R. Bibliotecon. Brasília. 3(1): 3-15, jan./jun. 1975.
- ¹⁸ VIEIRA, Anna da Soledade & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 6(2): 125-35, set 1977.
- ¹⁹ AVALIAÇÃO & perspectivas 1978: Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, SEPLAN/CNPq, 1978.

- ²⁰ AVALIAÇÃO & perspectivas 1982: Ciência da Informação. Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, SEPLAN/CNPq, 1982, 124 p.
- ²¹ ENCONTRO SOBRE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2.18-19setembro, 1978. *Relatório*. João Pessoa, UFPb, MEC/DAU/CAPES, 1978, 13 p.
- ²² RELATÓRIO DA IV Reunião de coordenadores de cursos de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação. Relatores: Maria Augusta da Nóbrega Cesarino e Maria Luiza Alphonsus de Guimarães Ferreira. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 10(2): 254-81, set 1981.
- ²³ ENCONTRO DE COORDENADORES DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 79. Universidade de Brasília, Departamento de Biblioteconomia, dias 13 e 14 de junho de 1983. Síntese das conclusões. R. Bibliotecon. Brasília, 11(2): 231-9, jul./dez. 1983.
- ²⁴ PROJETO de apoio à pós-graduação em ciência da informação e biblioteconomia. Brasília, CNPq/IBICT, maio 1981.
- ²⁵ CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-graduação em biblioteconomia e ciência de informação: reflexões, sugestões e experiências. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 7(2): 289-309, set 1978.
- ²⁶ KREMER, Jeannette M. Considerações sobre o ensino de métodos de pesquisa. R. Bibliotecon. Brasília, 11(2): 213-20, jul./dez. 1983.
- ²⁷ CATÁLOGO dos cursos de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação. Brasília, CNPq/IBICT, 1982, 56 p.
- ²⁸ PLANO NACIONAL de Pós-Graduação, 2. 1982-1985. Brasília, MEC/CAPES. 1982. 12 p.
- ²⁹ MUELLER, Suzana P.M. Education for librarianship and the role of libraries in Brazil. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the Universidade of Sheffield, Department of Information Studies. Sheffield, 1982.
- NOVA proposta de currículo mínimo. Conselho Federal de Educação — DF. Fixação dos mínimos de conteúdo e duração do currículo do curso de Biblioteconomia. SESU, 2º Grupo - Par nº 460/82, aprovado em 1º/9/82 (Proc. 562/81), R. Bibliotecon. Brasília, 11(1): 137-48, jan./jul. 1983.

ABSTRACT

Review of the main developments in the evolution of the education for librarianship in Brazil. The initial period is dominated by the course offered by the Biblioteca Nacional, much influenced by European tradition and mostly devoted to the training of its own staff. Its influence is diminished after the emergence in São Paulo of courses based on the American orientation. In 1962 the profession was elevated to "University status" and the first minimum curriculum was established, blending both approaches. The 60's were marked by the expansion in number of courses offered and by their emphasis on the organization of stocks. The next decade sees the emergence of post-graduate courses, and a growing dissatisfaction with the minimum curriculum. There is also a general effort towards the inclusion in the programmes of the new technologies. The efforts towards the establishment of a new curriculum minimum are crowned in 1982. The problems faced now by the courses stem mostly from the diversity of demands made on the profession, and the impossibility to train equally well for all situations within the undergraduate course, as prescribed by law.